

Sindicato ameaça ir ao STJ

Yone Simidzu

Da equipe do **Correio**

São Paulo — Transformados em bode expiatório do déficit do governo, os servidores federais estão preparando uma série de medidas para evitar pagar o pato pelo saldo negativo de R\$ 18,3 bilhões nas contas do Regime de Previdência dos Servidores da União. Uma das medidas estudadas pelo Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) é uma liminar contra a alíquota adicional de 9% na contribuição previdenciária dos funcionários que ganham acima de R\$ 1.200.

O Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal (Sindsep) também planeja entrar no Supremo Tribunal de Justiça (STJ) com ação de inconstitucionalidade contra o governo. “Sem receber reajuste há quatro anos e com os aumentos de descontos, os salários serão reduzidos”, avalia Antonio Borges, diretor da entidade. Ele ressalta que a Constituição proíbe a redução de salários. Os funcionários do BC são os que mais barulho fazem contra o ajuste. A maioria dos funcionários daquela instituição ganha

acima de R\$ 1.200, por assumirem funções de nível superior. As aposentadorias pagas aos inativos do BC também são altas, reconhece o diretor de Relações Externas do Sinal, Waldemir Bargieri. Um profissional em fim de carreira chega a receber R\$ 8.000. Mas a média salarial entre os funcionários ativos gira em torno de R\$ 4.000.

**“SEM RECEBER REAJUSTE HÁ QUATRO ANOS
E COM OS AUMENTOS DE DESCONTOS,
OS SALÁRIOS SERÃO REDUZIDOS”**

Antonio Borges
diretor do Sindsep

Há dois anos, no entanto, eles não significavam nenhum peso para a União, já que eram contratados como celetistas e possuíam um fundo de pensão próprio, o Centrus. Em 1996, por determinação do Supremo Tribunal Federal, passaram a integrar o Regime Jurídico Único do funcionalismo e aí começaram a pesar nas folhas de pagamento, porque foram impedidos de manter o Centrus.

“Não contribuímos para esse déficit nas contas da União com o pa-

gamento das aposentadorias”, protesta Bargieri. Ele denuncia que o governo, paradoxalmente, está pensando em voltar atrás no projeto de reforma administrativa, que prevê a contratação de servidores pelo regime da CLT.

Quando a Centrus foi extinta, os aproximadamente R\$ 600 mil que o fundo de pensão tinha em caixa foram devolvidos gradualmente entre todos os participantes. Passaram a pagar menos para a Previdência dos servidores públicos — 11%. Em compensação, segundo o diretor do Sinal, a União não faz nenhuma contribuição. Na Centrus, os funcionários do BC pagavam uma alí-

quota maior, de 12%, mas o banco também contribuía, com 24%.

“Agora, esse mesmo governo fala que é necessário que os trabalhadores adotem uma previdência complementar”, critica Bargieri. Para ele, transformar os funcionários do BC em servidores foi um tiro no pé, porque “o governo mudou o regime de contratação, acabou com a previdência complementar e agora nos culpa por esta mudança e pelo déficit público”, reclamou.